

EDUCAÇÃO INTERCULTURAL NA FORMAÇÃO: DESAFIOS DA PRÁTICA DOCENTE NÃO-INDÍGENA NA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA

Daniel Guilherme Bernardino da Silva ¹

José Matheus Campelo Lima Patriota ²

José Yran Silva Santos ³

Maria Fernanda Rufino França ⁴

Pedro Vitor Gomes Valentim ⁵

Rosineide Maria Gonçalves ⁶

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo analisar os desafios enfrentados por professores não indígenas que atuam na educação básica, em territórios indígenas ou em contextos não indígenas, e que precisam atuar em conexão com a diversidade própria da escola, bem como, podem atuar em contextos de educação escolar indígena, necessitando de uma prática inspirada nos princípios da interculturalidade, dos direitos humanos e da inclusão. A proposta surge a partir da constatação de que, apesar dos avanços legais e teóricos sobre a educação indígena, muitos profissionais da educação ainda não possuem formação adequada para lidar com as especificidades culturais, sociais e históricas dos povos originários. O foco deste estudo foi refletir sobre como a formação inicial de professores, pode (ou não) preparar os educadores para atuar de forma respeitosa, sensível e dialógica junto às comunidades indígenas. A metodologia empregada foi de caráter qualitativo, onde o estudo busca uma análise bibliográfica, fundamentando-se em autores como Candau (2012), Oliveira (2023) e Pessoa (2016), bem como em documentos legais como a Constituição Federal de 1988, a LDB (Lei 9.394/96) e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena. Além disso foram analisadas experiências e pesquisas produzidas já realizadas sobre o tema com foco nas políticas públicas e práticas educacionais voltadas às populações indígenas no Estado de Pernambuco. Os resultados esperados apontam para a necessidade de adequação da Dinâmica Curricular dos Cursos de Licenciatura, a produção de materiais interculturais e a implementação de políticas de valorização dos saberes indígenas nos espaços escolares. Conclui-se que uma educação verdadeiramente intercultural exige o reconhecimento da alteridade, o combate ao racismo estrutural e o compromisso ético e político dos educadores com a justiça social e a diversidade no meio acadêmico.

Palavras-chave: Educação Escolar Indígena, Interculturalidade, Formação Docente, Inclusão Educacional

¹ Graduando do Curso de História da (ASCES-UNITA) – PE, 2024139237@app.ascses.edu.br;

² Graduando do Curso de Educação Física da (ASCES-UNITA) – PE, 2024142195@app.ascses.edu.br;

³ Graduando do Curso de Educação Física da (ASCES-UNITA) – PE, 2024142369@app.ascses.edu.br;

⁴ Graduando do Curso de História da (ASCES-UNITA) – PE, 2024139286@app.ascses.edu.br;

⁵ Graduando do Curso de Educação Física da (ASCES-UNITA) – PE, 2024142171@apo.ascses.edu.br;

⁶ Professora orientadora: mestra, (ASCES-UNITA) – PE, rosineidegoncalves@ascses.edu.br.



1 INTRODUÇÃO

A interculturalidade é um conceito que permeia a vivência educativa, na qual o educador, inserido em contextos diversos, assimila padrões de comportamento, tradições e saberes culturais, especialmente no trabalho com alunos indígenas. Com os avanços das políticas educacionais nos séculos XX e XXI, a educação indígena aprofundou-se no estudo sobre a interculturalidade, agora como um princípio plural e dinâmico. Nela, os aspectos culturais de uma comunidade indígena podem sofrer influência de grupos não indígenas e se modificar continuamente para atender às particularidades de cada geração e às demandas sociais globais.

A perspectiva da educação intercultural, desenvolvida por autoras como Vera Maria Candau, quebra o paradigma de superioridade cultural, respeitando as peculiaridades dos povos indígenas e respondendo a justificativas etnocêntricas que historicamente marginalizaram os povos originários em detrimento de modelos eurocêtricos impostos durante o colonialismo e o pós-colonialismo. Essa perspectiva surge como crítica a uma visão que associa cultura a aspectos biológicos e evolutivos, categorizando povos como “primitivos” ou “evoluídos”. Contextualizar historicamente, o contato interétnico gerou “fricções” que forçaram os indígenas a navegar entre seu mundo e o dos brancos, muitas vezes resultando em assimilação coercitiva (Cardoso de Oliveira, 1996).

Nesse estudo, considera-se a visão de Brandão quando afirma: “Por isso mesmo — e os índios sabiam — a educação do colonizador, que contém o saber de seu modo de vida e ajuda a confirmar a aparente legalidade de seus atos de domínio, na verdade não serve para ser a educação do colonizado” (Brandão, 1981, p. 9). Tais tendências educacionais sobre a população indígena vêm sendo observadas desde o período da colonização do Brasil no século XVI. A interculturalidade é um elemento público e não pode ser rotulada como algo objetivo, pois transcende a esfera material e positivista. Em paralelo a essa reflexão inicial acerca da interculturalidade, este estudo de cunho teórico e qualitativo, realizado no contexto da formação docente, tem por objetivo analisar os desafios enfrentados por professores não indígenas na educação escolar indígena, associando a prática docente à diversidade cultural própria das escolas em territórios indígenas, com foco nos princípios da interculturalidade, dos direitos



humanos e da inclusão.

O estudo parte da compreensão de que, apesar dos avanços legais, muitos profissionais ainda carecem de formação adequada para lidar com as especificidades culturais, sociais e históricas dos povos originários, se quiser promover uma educação que dialogue com os saberes ancestrais, o que reforça a necessidade de uma educação escolar indígena diferenciada, como modalidade inclusiva que valoriza a alteridade e combate o racismo estrutural. A formação inicial em cursos de licenciatura é essencial para o enriquecimento intercultural e o sentimento de pertencimento dos educadores, construindo identidades que valorizem a origem indígena e a memória de líderes e comunidades que contribuíram para a resistência cultural, sendo homens e mulheres comuns cujos feitos estão próximos da realidade escolar.

“A perspectiva intercultural rompe com uma visão essencialista das culturas e das identidades culturais. Concebe as culturas em contínuo processo de elaboração, de construção e reconstrução. Certamente cada cultura tem suas raízes, mas estas raízes são históricas e dinâmicas. Não fixam as pessoas em determinado padrão cultural” (Candau, 2020, p. 10).

Assim, a interculturalidade afirma a diferença como riqueza, promovendo diálogos sistemáticos em prol da justiça social e cognitiva, essenciais à inclusão educacional em contextos culturais predominantes. Faz-se necessário entender que cada comunidade indígena possui uma particularidade histórica, e abordá-la em sala de aula possibilita ao educador não indígena associar o que é explorado pela comunidade (comumente pela oralidade e saberes tradicionais) ao conhecimento organizado, a fim de gerar reflexões sobre aspectos econômicos, culturais, sociais e políticos do meio indígena.

A Educação Escolar Indígena, devido a sua complexidade, sendo um dos pontos dessa complexidade a sua recente criação como modalidade de ensino [...] contribuindo na construção de um projeto de formação de professores indígenas, tendo como base conceitual teorias que possam dar suporte a uma educação diferenciada, intercultural, comunitária e bilíngue” (Pessoa, 2016, p. 5).

Destaca-se, assim, a formação docente como pilar para uma educação escolar indígena que integre, sem assimilar forçosamente, como alertava Darcy Ribeiro

“Enquanto perdurar esse sistema, o indígena só poderá sobreviver se lhe for assegurado um amparo especial, compensatório de suas carências, para a livre interação dentro do ambiente conflitivo, impessoal e brutalizador das economias mercantis privatistas” (Ribeiro, 1985, p. 169).



Além disso, documentos legais como a Constituição Federal de 1988 (artigos 210 e 231, que reconhecem a organização social, costumes, línguas, crenças e tradições indígenas, garantindo o uso de línguas maternas e processos próprios de aprendizagem), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei 9.394/96, artigos 78 e 79, que estabelecem a educação escolar indígena como diferenciada, intercultural e bilíngue) e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena (Resolução CNE/CP nº 3/1999, atualizada em resoluções posteriores, enfatizando a valorização dos saberes indígenas e a formação de professores) fundamentam essa abordagem inclusiva.

A escola, como esfera principal desse estudo, é um forte elo de comunicação entre a comunidade indígena e os educadores não indígenas, contribuindo para a construção de práticas inclusivas. É importante enfatizar que o professor nesse processo de ensino é um mediador. Ao organizar sistematicamente as ideias traçadas entre discentes indígenas e docentes não indígenas, propondo intervenções e projetos que fomentem o interesse pela diversidade cultural e o combate ao racismo estrutural dentro da educação.

2 METODOLOGIA

Esse estudo do campo sócio-histórico, fez uma revisão bibliográfica, de natureza qualitativa buscando refletir sobre os desafios da prática docente não indígena na educação escolar indígena, que é inspirada nos princípios da interculturalidade, dos direitos humanos e da inclusão. A abordagem qualitativa na pesquisa histórica contribui para a reunião de dados que não poderiam ser registrados facilmente em uma pesquisa com levantamento quantitativo: “dados psicológicos que são reprimidos ou não facilmente articulados como atitudes, motivos, pressupostos, quadros de referência, etc” (Santos, 2010, p. 16).

O aporte teórico deste estudo foi composto por dois eixos, utilizando como base: livros, jornais, periódicos, resenhas críticas e artigos disponíveis em plataformas, e foram organizados da seguinte forma: primeiro eixo que compreende a literatura que aborda questões antropológicas e históricas para o fundamento teórico e metodológico geral, que analisa sobre a integração e civilização dos povos indígenas, criticando abordagens assimilacionistas. Esses autores fornecem o arcabouço para entender o contexto histórico da educação indígena, enfatizando a necessidade de preservar saberes tradicionais e combater etnocentrismos.



O segundo eixo foi construído através de artigos produzidos sobre o tema, selecionados na base SciELO, Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e Google Acadêmico, entre outras. As palavras-chave ou descritores utilizados nessa busca foram: “Educação Escolar Indígena”, “Interculturalidade”, “Formação Docente” e “Inclusão Educacional”.

A bibliografia identificada na revisão deste estudo, buscou apreender a produção sobre a capacitação docente para atender as exigências curriculares interdisciplinares, específicos do campo das ciências humanas, especialmente na educação intercultural e nas possibilidades de aplicação dos conhecimentos históricos na prática docente, no que diz respeito à diversidade cultural, regionalidade e valorização dos saberes indígenas. Nesse contexto, destaca-se a tabela a seguir, que resume os artigos principais utilizados, focando em contribuições chave para o tema:

Título	Autor (a)	Ano de Publicação	Resumo do Trabalho
DIDÁTICA, INTERCULTURALIDADE E FORMACA DE PROFESIRES: Desafios Atuais.	Vera Maria Ferrão Candau	2020	Reconfiguração da Didática com foco na diversidade cultural e na educação intercultural contemporânea.
LICENCIATURA INDÍGENA: Interculturalidade e Descolonidades em Perspectiva	Francisco Vanderlei Ferreira da Costa e Maria Aparecida Mendes de Oliveira	2023	Análise da presença de interculturalidade e decolonialidade em licenciaturas indígenas no Brasil.
EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA: Formação de Professores Índios e Prática Pedagógica	Hertha Cristina Carneiro Pessoa	2016	Formação e práticas pedagógicas indígenas visando ao diálogo intercultural entre saberes escolares e tradicionais.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A educação escolar indígena está estreitamente ligada à história social. Desde a década de 1980, a historiografia buscou entender como os povos originários, excluídos das narrativas históricas dominantes, poderiam ser integrados de forma respeitosa, o que coincidiu com o



movimento da “nova história”. Com isso, o aprofundamento de estudos sobre as comunidades indígenas foi uma maneira de reconhecer os padrões de comportamento, costumes e saberes tradicionais de grupos marginalizados.

Partindo desse raciocínio, o conhecimento desses elementos contribui para a aproximação do educador não indígena com as comunidades que compartilham territórios ancestrais, já que a identidade não é somente individual, mas também coletiva e intercultural. Soma-se a isso o fato de que, por um longo período, o acesso às universidades esteve intrinsecamente mais ligado a pessoas que não faziam parte de comunidades indígenas, ou seja, professores que muitas vezes não tinham apropriação para discutir sobre a pauta na sua prática na educação indígena. Isso vale tanto para os indígenas que atuarão futuramente em suas próprias comunidades, quanto para aqueles que não são indígenas, mas que, devido às possibilidades de trabalho, podem acabar sendo alocados nessas comunidades.

Candau (2020) argumenta que o estudo da educação intercultural não tem como objetivo analisar contextos indígenas de maneira isolada ou descontinuada, mas visa estabelecer conexões entre eles de modo que preserve suas particularidades e a coesão seja estabelecida, auxiliando em uma abordagem mais abrangente e quebrando o paradigma das “educações gerais e completas”.

Na perspectiva da Didática, supõe ter sempre presente o contexto onde se realizam as práticas educativas, os constrangimentos e possibilidades que lhe são inerentes, e desenvolver um diálogo crítico e propositivo orientado a fortalecer perspectivas educativas e sociais orientadas a radicalizar os processos democráticos e articular igualdade e diferença, em todos os níveis e âmbitos, do macrosocial à sala de aula. Salienta que o horizonte emancipador é a referência fundamental (Candau, 2020, p. 15).

No que diz respeito à educação indígena, não podemos desconsiderar a importante participação da memória na construção da identidade, tanto individual quanto coletiva. A educação é um constante exercício da memória; logo, não há como analisar uma cultura indígena sem revisar o que entendemos como o que já aconteceu.

A Educação Escolar Indígena, devido a sua complexidade, sendo um dos pontos dessa complexidade a sua recente criação como modalidade de ensino, ainda carece de muitos estudos e pesquisas que discutam essa temática, contribuindo na construção de um projeto de formação de professores indígenas, tendo como base conceitual teorias que possam dar suporte a uma educação diferenciada, intercultural, comunitária e bilíngue (Pessoa, 2016, p.



5).

Para tal, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena, estabelecidas pela Resolução CNE/CEB nº 3, de 10 de novembro de 1999, determinam que o ensino seja intercultural e bilíngue, de modo a valorizar as culturas dos povos indígenas e assegurar sua diversidade étnica. O documento explicita que as diretrizes curriculares devem “ser interculturais e bilíngues, visando à valorização plena das culturas dos povos indígenas e à afirmação e manutenção de sua diversidade étnica”. Além disso, prevê o uso das línguas maternas indígenas e a adoção de processos próprios de ensino-aprendizagem como parte fundamental da formação escolar (BRASIL, 1999, art. 1º a 3º).

Concomitantemente, a capacitação de professores desempenha um papel crucial na efetivação desse ensino, especialmente no que diz respeito ao desenvolvimento de uma didática criativa e interdisciplinar e da melhor compreensão das leis sobre a educação podem influenciar esse papel. Para que os docentes não indígenas possam promover uma aprendizagem significativa e atrativa, é fundamental que recebam capacitações que os preparem para utilizar metodologias inovadoras, como atividades práticas, projetos culturais, visitas a territórios indígenas e o uso de materiais didáticos adaptados à realidade local.

Além disso, a formação deve estimular o entendimento da educação indígena como uma modalidade que se conecta com outras áreas do conhecimento, favorecendo uma abordagem interdisciplinar que envolva aspectos culturais, sociais, econômicos e políticos de forma integrada. Essa estratégia pedagógica promove maior engajamento e compreensão por parte dos estudantes, pois aproxima o conteúdo da realidade do aluno, tornando a educação escolar indígena mais viva e relevante, bem como a inclusão de matérias específicas nos cursos de licenciatura que possam auxiliar nesse diálogo da formação docente. A didática criativa, portanto, propicia ambientes de aprendizagem mais fluidos e participativos, contribuindo para a potencialização do sentimento de pertencimento e para o interesse pela preservação da memória cultural indígena dos alunos.

A análise proposta por Costa e Oliveira (2023) sobre as licenciaturas indígenas no Brasil é um ótimo exemplo para ampliar a noção de educação intercultural como espaço de disputa de identidades e representações. Ao descrever as licenciaturas como espaços de convivência e conflito entre múltiplos saberes, os autores introduzem uma perspectiva de formação docente



que não se restringe à geografia ou à delimitação física do território, mas define-se pelas próprias experiências vividas e pelas negociações entre comunidades indígenas e estruturas estatais que formam a educação daqueles povos, como forma de preservar sua identidade e até mesmo de resolver conflitos regionais.

Isso nos permite repensar a educação escolar indígena brasileira como um espaço igualmente dinâmico e fluido, onde muitas realidades coexistem entre si, e que não deve ser reduzido a um passado fixo apenas pelo que os currículos escolares (municipais e estaduais) podem abordar sobre o ensino intercultural, pois é somente ao imergirmos em uma realidade indígena que podemos explorá-la em sua plenitude. Sem contar o impacto cultural que saber preservar a educação indígena beneficia o desenvolvimento daquela comunidade. Os mesmos autores apontam que:

Os saberes das comunidades tradicionais qualificam a formação e permitem que os movimentos sociais sejam vistos como parte do processo de construção de um curso. Normalmente, a parte da comunidade na proposição de um novo curso fica restrita às enquetes ou às entrevistas. Nos cursos indígenas, os conhecimentos tradicionais, comunitários, farão parte de todo o processo do curso, inclusive definindo as práticas pedagógicas. Assim, verificar a mudança que os dados nos trouxeram revigora nossas expectativas para cursos de formação de professores(as) conectados com as práticas sociais e com os movimentos sociais e da sociedade. (Costa; Oliveira, 2023, p. 10).

Ou seja, não se trata de espaços fixos, mas sim de construções moldadas por disputas, acomodações e trocas culturais, uma vez que são construídas por meio de conflitos, trocas e disputas históricas que só aconteceram em determinadas localidades. No Brasil, pensar as comunidades indígenas do Nordeste, como em Pernambuco, apenas como “lugares” é reduzir sua complexidade histórica e social, e de certa forma negando o papel de se estar estudando a educação intercultural nessas regiões, que normalmente são cobertas pelas leis federais.

Porém, os produtos das experiências históricas recentes das populações indígenas que habitam determinado território, no exemplo do curso de Licenciatura Intercultural Indígena da UFPE Campus Agreste, cuja estrutura evolui conforme as relações com centros de poder se transformam. Esse curso teve início como programa em 2009, por meio do Programa de Apoio às Licenciaturas Interculturais Indígenas (PROLIND), e formou a sua primeira turma em 2013, vindo a ser efetivado como curso regular em 2022, após quase doze anos de funcionamento como projeto. Esse processo mostra como, em realidades como a de Pernambuco, as interações



com os poderes da política local, definidas através da identidade indígena, moldam o modelo de educação da localidade, e como eventos nacionais e estaduais podem moldar identidades culturais, econômicas e políticas singulares. Essa abordagem deveria ser replicada nas diversas universidades públicas do território brasileiro (UFPE, 2022). Costa e Oliveira ainda afirmam:

“É fundamental perceber que as relações de saberes, estabelecidas no modelo imposto pelas estruturas, pelos sistemas de poder e pelos conhecimentos coloniais, são mantidas e reproduzidas pelas universidades e ainda guiam os modos de ser e de se perceber no mundo.” (Costa; Oliveira, 2023, p. 12).

Essa crítica é extremamente válida quando pensamos nas divisões curriculares escolares brasileiras, que muitas vezes separam de maneira rígida a educação nacional da indígena, ignorando a sobreposição e interdependência entre elas.

Dando continuidade às questões que dizem respeito ao currículo e o papel do docente não indígena na educação escolar indígena, é fundamental o estreitamento de relações entre o eixo teórico – o que remete ao livro didático – e a corporificação da prática através do que é acessível nas condições propostas, como o acesso a fontes primárias e secundárias de acervos indígenas, imagens, monumentos, textos, músicas, comidas típicas, danças, narrativas orais, entre outros, como complementa Gomes:

Pensar o professor pesquisador proativo nos faz refletir ainda sobre a necessidade de que seja favorecida uma formação sólida que lhe permita pensar a língua conforme seus aspectos internos (gramática) e externos (semântica e pragmática). Aqui pensamos, por exemplo, nas Licenciaturas Interculturais Indígenas ou nas Licenciaturas em Letras, hoje as responsáveis pela formação dos professores indígenas que atuam (rão) no ensino de língua nas escolas indígenas. (Gomes, 2019, p. 26).

A partir da leitura crítica dos discursos apontados, é perceptível a recorrência de dois pontos que remetem à exploração da educação escolar indígena no ensino básico. Embora a Constituição de 1988 e a LDB enfatizem a educação indígena como modalidade diferenciada e intercultural, a sua abordagem ainda é um difícil e, por vezes, superficial, devido à carência de materiais adaptados para suprir a demanda dessas populações e dos cursos de licenciatura de modo geral.

É evidente que uma educação geral possui um caráter reducionista e etnocêntrico e até mesmo eurocentrista, retratando os pontos mais criticados da catequese colonial, como a perspectiva dos “grandes homens, grandes feitos”, da “Educação Absoluta, Global e



Verdadeira” ou da “Democracia Racial” (a qual reafirma a perspectiva do colonizador europeu) (Brandão, 1981). Essa abordagem apresenta pobreza metodológica e pedagógica na contextualização histórica e, consequentemente, causa distorções dos fatos e estereótipos, reforçando a dificuldade e o desestímulo dos educadores não indígenas em conhecer a vivência indígena, sendo vista como “distante, opaca e pouco relevante para ser trabalhada e lembrada”.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das análises realizadas, foi possível compreender os desafios enfrentados pelos educadores não indígenas na educação escolar indígena e enfatizar a importância do conhecimento da interculturalidade nesse contexto. Muitos professores ainda não têm a formação necessária para trabalhar com uma metodologia que se encaixe no ambiente indígena, sendo a particularidade histórica de cada comunidade indígena um desafio adicional. Contudo, é fundamental que haja, nos cursos de licenciatura, disciplinas que expliquem sobre os povos originários e suas diversidades, com enfoque na interculturalidade, que também está junto dos direitos humanos e da inclusão para acentuar sua relevância e a necessidade de uma educação escolar específica e bilíngue/multilíngue.

Destaca-se, ainda, que o trabalho pedagógico deve ser realizado de maneira sensível para que consigam dar uma aula significativa. Uma vez que o ambiente escolar é um local de grande diversidade, é fundamental que o conceito de interculturalidade seja colocado em prática, especialmente em comunidades indígenas, visto que o educador sem a formação adequada encontrará dificuldades em atuar nesses contextos.

Por fim, afirmar que a educação bilíngue/multilíngue e a própria historiografia indígena, precisam ampliar materiais didáticos que possam servir de base para sala de aula, contribuindo com a atuação significativa do professor para que a aprendizagem seja fortalecida e que consiga transmitir algo simbólico para os estudantes indígenas, pois o material tem que estar adaptado para a realidade daquela comunidade.

Enfim, a formação intercultural de professores não indígenas é fundamental para a educação indígena para que as diferenças sejam trabalhadas e a educação dos povos originários não seja vista de forma homogênea. Garantir atividades diferenciadas, como visitas a aldeias



indígenas, para conhecer e valorizar a cultura, e que se utilizem metodologias para uma aula significativa, a fim de que as aulas não sejam escassas e se crie um ambiente acolhedor, onde as culturas e diferenças sejam abraçadas e valorizadas.

6 AGRADECIMENTOS

Nosso agradecimento especial aos professores do curso de Licenciatura em História da **ASCES-UNITA**, pela resiliência e humildade em ajudar a conceber esse trabalho, graças ao PIBID (Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência) que deu a oportunidade ao grupo de estudar o tema e escrever este artigo, bem como pela viagem à Comunidade Indígena Xukuru do Ororubá em Pesqueira-PE, em abril de 2025, que abriu nossos olhos para a realidade da educação intercultural no Brasil.

7 REFERÊNCIAS

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. 34. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981. (Coleção Primeiros Passos). Disponível em: <https://www.apartilhadavida.com.br/wp-content/uploads/2019/02/O-QUE-%C3%89-EDUCA%C3%87%C3%83O-rosa-dos-ventos.pdf>

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 9 maio 2025.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm). Acesso em: 9 maio 2025.

CANDAU, V. M. F. **Didática, Interculturalidade e Formação de professores: desafios atuais**. Revista Cocar, [S. l.], n. 8, p. 28–44, 2020. Disponível em: <https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/3045>. Acesso em: 8 maio. 2025.

COSTA, F. V. F. da; OLIVEIRA, M. A. M. de. **Licenciatura indígena : Interculturalidades e decolonialidades em perspectiva**. Revista on line de Política e Gestão Educacional, Araraquara, v. 27, n. esp.1, p. e023018, 2023. DOI: 10.22633/rpge.v27iesp.1.17922. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/17922>. Acesso em: 9 jul. 2025.

Freitas MT de A. **A abordagem sócio-histórica como orientadora da pesquisa qualitativa**.



Cad Pesqui [Internet]. 2002Jul;(116):21–39. Available from: <https://doi.org/10.1590/S0100-15742002000200002>

GOMES, Antonio Almir Silva (Org.). **Ensino de línguas e educação escolar indígena**. Macapá: UNIFAP, 2019. 142 p. ISBN 978-65-990110-9-2. Acesso em 1 set. 2025.

Oliveira, R. C. de. **O índio e o mundo dos brancos**. 4. Ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1996. 198 p. (Coleção Repertórios). ISBN 85-268-0369-7. Disponível em http://etnolinguistica.wdfiles.com/local--files/biblio%3Aoliveira-1996-indio/Oliveira_1996_OIndioEOMundoDosBranco.pdf. Acesso em 1 set. 2025.

PESSOA, Hertha Cristina Carneiro. **Educação escolar indígena: formação de professores índios e prática pedagógica**. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – CONEDU, 3., 2016, João Pessoa. Anais [...]. João Pessoa: CONEDU, 2016. Trabalho apresentado na Universidade Estadual da Paraíba – UEPB – PPGFP. Orient. Patrícia Cristina de Aragão Araújo. Disponível em: https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2016/TRABALHO_EV056_MD1_SA9_ID10829_19082016235138.pdf. Acesso em 20 de Maio de 2025.

RIBEIRO, Darcy. **Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno**. 2. Ed. Brasília: Instituto Socioambiental – ISA, Brasília. 460 p. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/acervo/livros/os-indios-e-civilizacao-integracao-das-populacoes-indigenas-no-brasil-moderno-2a-ed>. Acesso em 20 de Maio de 2025.

SANTOS, Dayse Lúcida Silva. **Métodos e Técnicas de Pesquisa em História**. Minas Gerais: Unimontes, 2010.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. **Licenciatura Intercultural Indígena é lançada como curso regular amanhã (29) no Centro Acadêmico do Agreste**. Agência UFPE, Caruaru, 28 abr. 2022. Disponível em: https://www.ufpe.br/ascom/noticias/-/asset_publisher/O3Odar12gQTr/content/licenciatura-intercultural-indigena-e-lancada-como-curso-regular-amanha-29-no-centro-academico-do-agreste/40615. Acesso em: 20 set. 2025.

